

3422

Edital para concurso internacional de recrutamento de um Investigador Doutorado

FCiências.ID/2020/DL57/CESAM/1

Por decisão do Conselho de Administração da **FCiências.ID - Associação para a Investigação e Desenvolvimento de Ciências**, encontra-se aberto um concurso internacional para o recrutamento de um investigador com doutoramento, no âmbito do contrato-programa de financiamento plurianual da Unidade de I&D Centro de Estudos do Ambiente e do Mar (CESAM), financiamento Base (Ref. UIDB/50017/2020), financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) na modalidade de contrato a termo resolutivo incerto em regime de exclusividade, nos termos do Código do Trabalho e do Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto com a redação dada pela Lei n.º 57/2017, de 19 de julho.

I - Requisitos de Admissão

Podem ser opositores ao concurso candidatos nacionais, estrangeiros e apátridas titulares do grau de doutor¹ em Ciências Biológicas ou afins, com competências nas áreas da Ecologia e da Ornitologia e que satisfaçam ainda os seguintes requisitos:

- a) Experiência comprovada na área da Ornitologia, particularmente em ecossistemas marinhos/estuarinos; essa experiência deve ser validada pela (co)autoria de artigos científicos publicados em revistas internacionais com revisão por pares;
- b) O candidato deverá ter ainda (1) experiência na organização e análise de bases de dados e (2) competências de networking e comunicação. Preferencialmente, o candidato deverá demonstrar competências na análise e modelação de dados espaciais em ambiente RSIG. O júri de seleção considerará apenas fatos comprovados por documentos emitidos por pessoas / autoridades competentes (cópias de documentos, cartas de referência, etc).

¹ Salientamos que os graus académicos obtidos em países estrangeiros necessitam de reconhecimento por uma Instituição Portuguesa de acordo com o [Decreto-lei nº. 66/2018](#), de 16 de agosto e a [Portaria nº. 33/2019](#), de 25 de janeiro. A apresentação do reconhecimento é mandatória para a assinatura do contrato. Mais informação poderá ser obtida em: <https://www.dges.gov.pt/pt/pagina/reconhecimento?plid=374>.

II. Legislação aplicável

1. Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, alterado pela Lei n.º 57/2017, de 19 de julho (RCD);
2. Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, na sua redação actual (CT);
3. Decreto Regulamentar n.º 11-A /2017, de 29 de Dezembro;
4. Código de Procedimento Administrativo, publicado através do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de Janeiro, na sua versão actual (CPA).

III. Plano de trabalhos

O plano de trabalho inclui (1) rever e compilar uma base de dados sobre as ameaças e tendências populacionais de aves limícolas ao longo da rota migratória do Atlântico Leste (EAF), e avaliar aspectos da responsabilidade política na sua conservação e (2) analisar dados de seguimento (satélite) de aves limícolas no âmbito de projectos em curso coordenados pela equipa. A primeira tarefa envolverá uma revisão bibliográfica completa sobre os aspectos mencionados acima, organização de todas as informações disponíveis e análise desses dados. Os dados relativos a tendências populacionais devem-se basear em toda a informação pública disponível, e é expectável que o candidato entre em contato com o maior número possível de especialistas em aves limícolas para atualizar e complementar as informações publicadas. Os dados de ameaças sobre todas as espécies de aves limícolas usando a EAF também devem ser organizados para serem analisados de acordo com o último esquema de classificação de ameaças desenvolvido pela IUCN. Embora a maior parte do trabalho deverá ser realizado no escritório, podemos potencialmente oferecer oportunidade de participação no trabalho de

campo com aves limícolas em Portugal e África (no âmbito de diferentes projectos de investigação) e / ou facilitar uma visita à sede da BirdLife em Cambridge, Reino Unido.

Os candidatos podem visitar a página da equipa para obter mais informações (<https://birdecology.wixsite.com/tidalwings>).

IV. Composição do Júri

De acordo com o artigo 13.º do RCD, o júri do concurso tem a seguinte composição:

- Presidente – José Pedro Granadeiro
- 1º Vogal – Teresa Catry
- 2º Vogal – Maria P. Dias
- 1º Vogal Suplente – Edna Correia
- 2º Vogal Suplente -Maria da Luz Mathias

V. Local de Trabalho

O trabalho será acolhido pelo CESAM, e será realizado nas instalações do Departamento de Biologia Animal, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FCUL, Campo Grande, Lisboa, Portugal) sob a orientação científica do Dr. José Pedro Granadeiro (FCUL), Dra. Teresa Catry (FCUL) e Dra. Maria P. Dias (Birdlife International). Tendo em conta actual situação de pandemia COVID-19, será considerada a hipótese de o candidato trabalhar remotamente.

VI. Duração do Contrato

O contrato de trabalho será em regime de contrato resolutivo a termo incerto, tendo início previsto em 1 Janeiro 2021, o qual durará até à execução do Plano de Trabalhos referido em III, o qual tem a duração previsível de 14 meses embora possa vir a ser renovado por um período adicional de 24 meses, não podendo exceder os limites previstos no RCD.

VII. Valor da remuneração

A remuneração mensal a atribuir é a prevista no artigo 15.º, n.º 1, alínea a) do RCD, correspondente ao nível 33 da tabela remuneratória única, aprovada pela Portaria n.º 1553- C/2008, de 31 de dezembro, atualizada pelo DL n.º 10-B/2020, de 20 de março, que corresponde a uma remuneração mensal ilíquida de 2.134,73€, a que acrescem subsídios de férias e de natal, bem como o subsídio de alimentação, no valor e com as condições previstas para trabalhadores com uma relação jurídica de emprego nos termos do CT.

VIII. Avaliação das candidaturas

1. A não satisfação dos Requisitos de Admissão constitui razão suficiente para não admissão dos candidatos em mérito absoluto.
2. Nos termos do artigo 5.º do RCD, a seleção dos candidatos aprovados em mérito absoluto realiza-se através da avaliação do percurso científico e curricular dos candidatos nos últimos 5 anos, sendo objecto de avaliação a relevância, qualidade e atualidade da produção científica e actividade profissional considerada mais relevante pelo(a) candidato(a), para o projecto.
3. O sistema de classificação final dos candidatos é expresso numa escala de 0 a 100 %.
4. São critérios de avaliação em mérito relativo:
 - a) Participação em projetos científicos relevantes na área da ornitologia e/ou ecologia marinha/estuarina - 30 %;



- b) Publicações na área da ornitologia, migração, conservação e ecologia marinha/estuarina - 45 %;
 - c) Atividades pedagógicas, de extensão e de disseminação do conhecimento, designadamente no contexto da promoção das práticas científicas, organização de cursos, seminários e conferências de promoção e divulgação da área de ornitologia e/ou ecologia marinha/estuarina - 10 %;
 - d) Apreciação das referências dadas pelo candidato - 15%.
 - e) Entrevista, se considerada necessária pelo júri - 10 %.
5. O júri poderá realizar uma entrevista aos 3 primeiros classificados no total dos critérios a) a d) do nº 4, destinada a obter esclarecimentos e/ou explicitação de elementos curriculares apresentados e informações adicionais. A existir entrevista a soma das avaliações obtidas nos critérios de avaliação a) a d) corresponderá a 90 % da classificação final e a entrevista a 10 %.
 6. O júri delibera através de votação nominal fundamentada de acordo com os critérios de avaliação.
 7. Das reuniões do júri são lavradas atas, que contém um resumo do que nelas houver ocorrido, bem como os votos emitidos por cada um dos membros e respetiva fundamentação.
 8. Após conclusão da aplicação dos critérios de avaliação, o júri procede à elaboração da lista ordenada dos candidatos aprovados com a respetiva classificação.
 9. A deliberação final do júri é homologada pelo Presidente do Conselho de Administração da FCIências.ID a quem compete decidir da contratação.
 10. Os resultados da avaliação serão divulgados no sítio *internet* da FCIências.ID (separador “Concursos”), sendo os candidatos notificados individualmente dos resultados da avaliação através de correio eletrónico para o endereço indicado em “Dados Pessoais” da documentação submetida.
 11. Com a notificação que se refere o nº 10, inicia-se a fase de audiência de interessados a que se refere o Artigo 121º e seguintes do CPA, durante um período de 10 dias úteis.
 12. A eventual pronúncia do candidato em sede de audiência prévia deve ser apresentada por escrito em requerimento dirigido ao Presidente do júri – para o endereço concursos@fciencias-id.pt - o qual deve reunir o júri e pronunciar-se no prazo máximo de trinta dias úteis.
 13. No prazo máximo de cinco dias úteis após a decisão final do júri, o Presidente do Conselho de Administração da FCIências.ID homologa a deliberação do júri e notifica os candidatos.
 14. As comunicações entre a FCIências.ID (concursos@fciencias-id.pt) e os candidatos serão eletrónicas e obedecerão às seguintes regras:
 - a) No momento da submissão eletrónica de qualquer documento – designadamente no caso do nº 11 - os candidatos deverão gerar prova de “mensagem enviada”.
 - b) A FCIências.ID acusará a receção dos documentos recebidos através de um email para o endereço utilizado pelos candidatos, num prazo máximo de dois dias úteis.
 - c) No caso de ausência da confirmação de receção pela FCIências.ID - indiciando problemas técnicos que não deverão ser nem da responsabilidade do candidato nem da FCIências.ID - os candidatos devem entrar em contacto com a FCIências.ID, com a prova a que se refere a alínea a), de modo a garantir a entrega e boa receção dos documentos em causa.

1. A FCIências.ID promove ativamente uma política de não discriminação e de igualdade de acesso, pelo que nenhum candidato(a) poderá ser privilegiado(a), beneficiado(a), prejudicado(a) ou privado(a) de qualquer direito ou isento/a de qualquer dever em razão, nomeadamente, de ascendência, idade, sexo, orientação sexual, estado civil, situação familiar, situação económica, instrução, origem ou condição social, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica ou raça, território de origem, língua, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical.
2. Nos termos do Decreto-Lei nº 29/2001, de 3 de fevereiro, o candidato com deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal. Os candidatos devem declarar no formulário de candidatura, sob compromisso de honra, o respetivo grau de incapacidade, o tipo de deficiência e os meios de comunicação/expressão a utilizar no processo de seleção, nos termos do diploma supramencionado.

X. Submissão de Candidaturas

1. O concurso decorrerá de 12 novembro a 01 de dezembro de 2020.
2. A candidatura e os documentos que a instruem podem ser apresentados em português ou em inglês.
3. As candidaturas serão realizadas através da plataforma eletrónica de concursos da FCIências.ID – acessível a partir de <http://concursos.fcencias-id.pt>.
4. Na plataforma eletrónica, os candidatos preencherão uma secção obrigatória relativa a Dados Pessoais [nome, morada, data de nascimento, e-mail de contacto, nacionalidade e identificadores científicos] e farão o carregamento de ficheiros com os seguintes documentos:
 - i. *Curriculum vitae* detalhado - *obrigatório*;
 - ii. Documento com manifestação de interesse e em que seja claramente demonstrado que o candidato possui experiência profissional requerida nos Requisitos de Admissão - *obrigatório*;
 - iii. Até cinco publicações relevantes relativas ao objecto e requisitos do concurso - *obrigatório*;
 - iv. Cópias digitais de documentos comprovativos de doutoramento e/ou de outras habilitações científicas e profissionais – deverão ser fornecidos documentos originais em caso de contratação - *obrigatório*;
 - v. Outros documentos que o candidato considere relevantes para a apreciação do seu mérito científico, ou para declarar a situação pessoal nos casos cobertos na secção IX-2 deste Edital – *opcional*.
5. Por decisão do Presidente do Conselho de Administração da FCIências.ID, não são admitidos a concurso os candidatos que não submeterem os documentos identificados no nº 4. Assiste-lhe ainda a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida e para efeitos da sua admissão a concurso, a apresentação de documentos comprovativos das respetivas declarações.

O presente Edital foi aprovado pelo júri no dia 11 de novembro de 2020.